

Operadora:

Bom dia, e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), para discussão dos resultados referentes ao 4Q15. Estão presentes hoje conosco os senhores: Ricardo Hingel - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Werner Kohler, Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade; Alexandre Ponzi, Superintendente Executivo da área de Relações com Investidores.

Informamos que esse evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia e em seguida iniciaremos a sessão de perguntas e respostas exclusivamente para analistas e investidores, quando maiores instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a conferência, queiram, por favor, solicitar a ajuda de um operador digitando *0.

O replay desse evento estará disponível logo após seu encerramento por um período de sete dias.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante essa teleconferência, relativas às perspectivas de negócios do BANRISUL, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar o desempenho futuro do Banrisul e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora, gostaríamos de passar a palavra ao Ricardo Hingel, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Banrisul, que dará início à apresentação. Por favor, Sr. Ricardo, pode prosseguir.

Ricardo Hingel:

Bom dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas pelo atraso. Houve um contratempo de última hora e acabamos atrasando alguns minutos. Nós tentaremos recuperar esse tempo.

Faremos um breve comentário antes e, em seguida, passaremos para as apresentações, para depois ficarmos à disposição, porque acho que é mais produtivo, para perguntas e respostas.

O Banco fechou um ano que foi extremamente difícil. Entendemos ainda que o Banco, assim como todas as empresas no Brasil hoje, está impactado por esse processo recessivo, que ainda nos preocupa muito. Fechamos com uma recessão acima de 3%.

O comportamento do PIB em 2016 não deve ser muito diferente, então vimos sendo impactados tanto pelo que ocorria, mas, especialmente, pelo que já víamos que seria a tendência macroeconômica para o País.

Ou seja, o comportamento e os números que vocês verificam já refletem tanto uma visão da gravidade que se verificava na economia brasileira, a visão que nós tínhamos sobre o comportamento da economia brasileira em 2015, e também nos antecipando a uma visão bastante pessimista com relação ao que deve ocorrer ao longo deste ano, onde em apenas dois anos deveremos somar uma contração de PIB superior a 7%, considerando 2015 e 2016.

Isso reflete as estratégias do Banco. Alguns movimentos que foram percebidos ao longo de 2015 persistirão em 2016, o que é exatamente uma postura bastante defensiva do Banco com relação à carteira de crédito.

Ao longo de 2015, verifica-se um crescimento que consideramos como negativo na carteira de crédito. Os crescimentos verificados tanto no Banco como na maior parte dos bancos brasileiros são crescimentos apenas nominais, eles sequer incorporam a taxa de juros média praticada; ou seja, há uma forte contração de crédito no Brasil.

Essa contração segue ao longo do próximo anos. Quando olhamos os *guidances* do Banrisul, ou mesmo dos principais bancos brasileiros, ficam entre zero e 5% de crescimento nominal da carteira. Ou seja, estamos assumindo que tanto nós quanto o setor financeiro deveremos ter uma queda real próxima de 20% das carteiras de crédito.

Isso reflete toda uma visão estratégia e política, e se justifica justamente pelo ponto que será tocado aqui, que é exatamente o nível de provisionamento que foi feito pelo Banco de forma prudencial, que prepara exatamente para essa deterioração que se verifica na questão macroeconômica, e que não se enxerga nesse horizonte, pelo menos até o final do ano de 2016, uma melhoria.

Então, o Banco reflete uma política, em termos de crédito, bastante defensiva. O Banco é bastante seletivo na concessão do crédito, ele exige um maior volume de garantias, um nível melhor de colaterais para fazer as operações de crédito; eleva a taxa de forma a recompor margem. Esses são pontos que poderemos verificar ao longo da apresentação.

Outro ponto fundamental, e que entendemos como positivo, que compensa um pouco a redução do crescimento do crédito, é o Banco se tornar cada vez mais menos crédito dependente. Continuamos entendendo que a diferença do Banco para os principais bancos com os quais buscamos nos comparar – que são Banco do Brasil ou Itaú – é que são bancos que têm menos dependência do crédito. Nós ainda temos uma dependência do crédito, em termos de formação de resultado, maior que esses bancos.

O desempenho que tivemos, tanto na área de cartões como na receita proveniente de corretagem de seguros, foi um crescimento bastante expressivo, que repercutiu de formas bastante interessante na formação do resultado do Banco.

Outro fato importante, que já é de domínio público – hoje, inclusive, publicamos um Fato Relevante –, é que abrimos oficialmente uma negociação com o Estado com relação à folha de pagamento. O Estado está negociando o convênio existente e pretende passar a fazer uma cessão onerosa da folha. Poderemos depois detalhar o atual andamento desse processo.

Hoje, antecipando um pouco, no Fato Relevante que assino eu comunico que o Estado nos remete uma correspondência dizendo que ele pretende abrir uma negociação para fazer cessão onerosa da folha, nos dá 15 dias para respondermos se nos interessa ou não abrir a negociação. É evidente que diremos que sim, isso é apenas uma formalidade, e os estudos já estão em andamento. Mas para deixar isso mais para o final, para explorarmos isso mais para o final, deixarei para perguntas e respostas.

Quero, então, de imediato, pedir que o Alexandre faça a apresentação dos números gerais, para depois voltarmos para o Q&A, sobre as questões que vocês pretendam perguntar. Muito obrigado, por enquanto. Alexandre, por favor.

Alexandre Ponzi:

Continuando, exatamente por conta de todos esses impactos, não pretendo me estender em cada um dos slides que ficarão à disposição para o momento de interação com vocês, mas passaremos pelos principais tópicos, já abordando esse cenário econômico e os impactos no Banco.

Vamos direto para o slide três, onde falamos de margem financeiro e percebemos que houve uma evolução bastante forte, como havíamos quantificado para o mercado que o Banco recuperaria margem ao longo de 2015, independentemente do cenário, por conta de alguns elementos que permitirão que a margem crescesse, seja no trimestre contra trimestre, atingindo 8,3% somente no 4T15, mas no consolidado do ano com 7,7% de margem financeiro.

O resultado disso em Reais chegou a atingir R\$4,4 bilhões, por conta de elementos de reprecificação de crédito que foram feitos ao longo de 2015, onde também temos um impacto pela estabilização da Selic na questão da formação do custo financeiro.

E o Banco, na captação, modificou seu *mix*. O Banco fez alguns exercícios de redução da exposição ao investidor institucional, e isso traz um benefício, permitindo que vejamos, independentemente do crescimento de crédito, que tende a ser baixo; o *guidance* do Banco é de zero a 4%, bastante conservador. Mas nós entendemos que há espaço, independentemente do ambiente econômico, para buscarmos uma recomposição da margem ao longo do ano de 2016.

O que é o ponto efetivamente fora da curva, que ainda precisamos ajustar, entender melhor o comportamento, e que afetou sobremaneira o resultado do Banco, é a questão da despesa de provisão.

A despesa de provisão efetivamente cresceu muito mais do que esperávamos, cresceu quase 100% – estamos falando de 98% em um ano contra o outro –, por conta do quê? Efetivamente, do cenário econômico macro, que já foi estressado, e também pegamos o cenário econômico da região Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente.

No Rio Grande do Sul já há dados publicados da indústria, que é um setor importante na contribuição do PIB, e mais por conta da formação, ou seja, o Estado produz e vende para outros estados do Brasil, ou exporta uma parcela especial bastante preponderante de toda a produção; e a indústria teve uma queda bastante forte.

O setor industrial no Rio Grande do Sul despencou quase 12%. A média do Brasil foi apenas 8,3%. Por conta disso, em alguns setores que também são carro-chefe da indústria – por exemplo, fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de veículos e fabricação de móveis –, estamos falando de quedas de 26%, 33%, 13% na produção de um ano para o outro, respectivamente.

Isso traz um grande impacto na qualidade de crédito, no conservadorismo, na originação de operações de crédito, mas isso tem um reconhecimento de despesa de provisão.

Se adicionarmos também a questão da recuperação judicial que cresceu forte no Brasil, 56%, cresceu forte no Rio Grande do Sul, 80% 2014 contra 2015, mudou o *mix*, porque as grandes empresas voltaram de forma bastante expressiva a se utilizar desse tipo de instrumento. Isso traz, e não estava previsto dentro do Banco, um crescimento forte no reconhecimento de despesa de provisão, que afetou bastante a questão do retorno do Banco.

Nós entendemos que, no *guidance*, talvez alguns elementos que já tenham sido antecipados não se apresentem na mesma velocidade. Portanto, o Banco espera que o custo do crédito em 2016 volte para os patamares históricos, o teto de 4,5%, e não mais os 4,8% que tivemos.

Essa expectativa, que está refletida na alteração do *guidance*, talvez justifique, sim, junto com outros elementos que abordaremos na estratégia comercial do Banco, como reposicionamento de produtos, ser menos crédito dependente, como colocamos, uma questão de um *guidance* um pouco mais forte, um pouco mais ousado na questão de retorno sobre patrimônio, com um piso de 14% e não 12,8%, como entendemos.

Mas efetivamente, esse condensamento da despesa de provisão observado ao longo de 2015 por conta desses elementos foi, de fato, o que acabou afetando a questão da entrega de resultados do Banco.

A alteração que fizemos para sermos menos dependentes do investidor institucional por uma série de questões, ou porque não precisávamos, ou porque havia economicidade, ou para dar liquidez, fez com que tivéssemos uma alteração substancial no custo da captação total. Hoje, ela está inferior a 80% – era 81% em dezembro do ano passado – e estamos estáveis, com crescimento de pouco mais de 2% no custo em proporção à taxa Selic quando remuneramos o investidor no depósito a prazo, que cresceu 21%.

O Banco continua crescendo na captação pulverizada, na captação barata, utilizando a franquias, a penetração e a estrutura de agências que temos, para buscar recursos que hoje estão sendo alocados ou não em crédito, mas, em compensação, tem um delta percentual positivo com relação à alocação em despesas de tesouraria.

A relação crédito/depósitos é extremamente favorável para o Banco, caindo em relação a períodos anteriores, hoje com 83% se pegarmos somente os depósitos e 74% com a questão de toda a estrutura de funding do Banco.

Havíamos comentado sobre a mudança de *mix*, o Banco buscar cada vez mais a contribuição de outras receitas, e não a receita financeira na formação de resultado. Este número efetivamente vem entregue. Nós crescemos 8% no trimestre e quase 21% na estrutura de serviços e tarifas do Banco. Esse crescimento está ainda

bastante suportado pela estrutura de cartões, que cresceu na contribuição de R\$328 milhões para R\$456 milhões na formação do resultado total, mas isso dá um crescimento de quase 40%.

Mas, adicionalmente a isso, estamos incorporando, dentro da estratégia já anunciada anteriormente, toda a parte de seguros. A receita vinda de operação de seguros no cômputo total cresceu quase 39%. Em compensação, o volume de operações ativas, apenas 8%.

Isso significa que há um potencial enorme dentro da meta comercial do Banco para crescermos na colocação de produtos de seguros usando a estrutura de agências, usando a base de clientes que têm uma penetração baixa para aumentar o *cross-selling*, ratificando também a expectativa de que a receita de tarifas como um todo cresça no mesmo ritmo, independentemente de um cenário menos propenso em 2016, mas para contribuir na questão do *guidance* do Banco.

Havíamos mencionado que a formação de receitas de serviços está dependendo da estrutura de cartões, por exemplo, e a rede de aquisição cresceu, em número de pontos, quase 16%. Temos mais de 186.000 estabelecimentos comerciais dentro da nossa rede, sendo 61 em dezembro do ano passado. Mas, mais importante do que isso, é o crescimento de transações e volume financeiro acima de 30%. Transações atingindo R\$64,6 milhões somente no 4T15. E nós vimos o volume financeiro crescer em relação ao mesmo período na proporção de 37%.

Portanto, a contribuição de MPR (?) é absolutamente positiva para o Banco. É um negócio que o Banco vem incentivando. E é uma linha de produto que acaba trazendo também um investimento reconhecido via despesa administrativa, que daqui a pouco nós comentamos. E nós temos de fazer essa abertura para que o analista e o mercado consigam entender como se deu a progressão.

Na despesa administrativa, onde tratando somente das recorrentes, tivemos um crescimento de despesa de pessoais mais outras de 10,6% em 12 meses. Esse crescimento, se nós fizemos a separação entre despesa de pessoal e as demais, nós vamos ver que a despesa de pessoal que atinge R\$1,6 bilhão em 2015 cresce 11%. Porque está impactada pelo dissídio, 10% na média, e impactada pela alteração que foi feita nas despesas recorrentes relativos à mudança de plano de previdência da qual o Banco é patrocinador.

Na medida em que houve a migração de um plano BD, um plano de contribuição variável, aumentou a parcela de Banco como patrocinador, que agora é reconhecido na linha despesa. E ainda, para o ano de 2016, nós devemos ver alguma economicidade por conta da redução de empregados que saíram pelo plano de desligamento por aposentadoria que o Banco fez ao longo de 2015.

As outras despesas administrativas, R\$1,4 bilhão, 9,8% de crescimento, têm de obrigatoriamente, como eu havia mencionado antes, ser separadas em duas: as despesas de manutenção das estruturas Banrisul, que cresceu 3,7% em relação a 2014, portanto abaixo de qualquer índice de inflação e qualquer índice oficial de preço, e as estruturas de custo relacionadas a oportunidades de linhas de negócio que nós continuamos incentivando. Essas cresceram 23%.

Cresce 23% por quê? Porque elas estão em cima das despesas relacionadas ao *interchange* de processamento da estrutura de cartões, no slide seguinte, nós

passamos de R\$197 milhões para R\$281 milhões em despesa. Em compensação, o resultado bruto foi de R\$572 milhões para R\$750 milhões. É um crescimento absurdo.

E também na estrutura de originação de crédito consignado, fora do canal agência, via a promotora bens, produtos e serviços, que cresceu 8% no estoque ano contra ano, R\$2,7 bilhões para R\$3 bilhões em 2015. Ela também tem o pagamento das estruturas sobre tudo. E comissões aos correspondentes, que crescem de R\$213 milhões para R\$223 milhões.

Então, essas despesas, que são na verdade custos, continuarão crescendo, na medida em que o negócio Banrisul nessas duas linhas, continue também crescendo de forma positiva.

As outras receitas operacionais e despesas, por conta do mix, nós temos que fazer uma ressalva. O ano de 2015 foi impactado por uma questão pontual que foi a recompra de dívida subordinada de R\$250 milhões no 3T, que foi uma oportunidade do Banco de multiplicar a estrutura de custo e captação de forma positiva, que aconteceu no 3T, portanto há uma queda natural em relação ao 4T.

Mas sobretudo, o que altera de forma preponderante para mais ou menos é o impacto do câmbio nas dependências que o Banco tem no exterior. No ano passado nós tivemos uma variação no câmbio de 47%, o dólar fechou o ano com R\$3,90, mas ao longo de 2015, ele passou de R\$4,00. Então, esses impactos positivos ou negativos acabam alterando essa conta. Então é esse o fator que vai fazer uma flutuabilidade maior nessa rubrica.

O resultado contábil do Banco foi de R\$848 milhões, o resultado recorrente foi de R\$758 milhões em termos de lucro líquido, foram afetados por esses elementos todos. O ativo do Banco cresce 12,4%, muito por conta da estrutura de captação, menos por conta do crescimento do crédito.

A estrutura de liquidez do Banco continua absolutamente preservada, crescendo de forma orgânica, tendo havido uma redução em relação ao 3T, por conta desses efeitos recompra parte da dívida subordinada, a liquidação de uma parcela de R\$800 milhões de letra financeira que venceu em agosto, e também por conta do recolhimento do depósito compulsório sobre a base de depósito a prazo que cresceu.

A carteira de crédito cresceu 5% em 12 meses, 2,1% no trimestre, atingiu um pouco mais de R\$32 bilhões. Ela tem um componente adicional nesse último trimestre que o Banco fez uma operação de R\$860 milhões de financiamento do 13º do servidor público do estado. Se nós excluíssemos esse montante, ainda assim, o crédito haveria tido um crescimento de pouco mais de 2%, conforme nós esperávamos.

A abertura da carteira de crédito onde nós encontramos aqui uma diminuição no trimestre da participação do consignado do crédito da pessoa física, que naturalmente era em torno de 75%, agora passa para um pouco menos de 72%, efetivamente por conta de que as operações do 13º estão incluídas nas demais. A estrutura de captação do Banco de captação do Banco simplesmente com a abertura de todos os produtos. Depois nós podemos dissecar, se houver necessidade.

Patrimônio líquido do Banco pelo reconhecimento do resultado e a distribuição de juros e dividendos pagos ao longo de 2015 crescendo 9,5%, com R\$6,3 bilhões de PL contra R\$5,7 bilhões em dezembro de 2015.

Por fim, nós temos um pouquinho mais os resumos dos principais financeiros onde o Banco recuperou cobertura, seja 90 ou 60 dias. O resultado do retorno sobre o patrimônio líquido do Banco no trimestre impactado pela menor formação de resultado no último trimestre, mas no consolidado do ano com um pouco menos de 13% de retorno. Inadimplência efetivamente deu um recuo em relação ao 3T, continua em patamares altos, mas ela deu uma sensibilização em relação ao 3T, atingindo 5% contra 5,29% para 60 dias, ou 4,32% contra 4,47% para 90.

Nós fizemos um expurgo da carteira que foi formada no 3T pelo 13º, ainda assim, haveria uma queda. O indicador alteraria um pouquinho, em vez de 4,32% para 4,40%, ao invés de 5% para 5,14%, mas com uma qualidade melhor em relação ao período anterior. Entendemos que pode haver, sim, alguma deterioração de crédito ao longo de 2015, mas a nossa expectativa é que seja em patamares mais modestos do que a evolução observada ao longo do ano passado.

Retorno sobre os ativos foi 1,2 no consolidado, um pouco menos de 1% no último trimestre. Mais interessante do que isso é que o Banco começou a apresentar agora melhoras no seu índice de eficiência, que melhorou bastante, passando de 55% para pouco mais de 50% nesse período, por conta das estruturas de recuperação de receita. E já conseguimos hoje cobrir com o fee quase 90% da nossa estrutura de despesa pessoal contra 84% no período passado.

Estrutura de Basileia, seja capital total, seja capital de nível 1, está absolutamente confortável. 17,8% capital total, 14,8% da estrutura de capital nível 1. Há uma queda na redução de empregados e uma estabilização na estrutura de negócios do Banco, para efetivamente continuar competindo.

Questão de inadimplência só no trimestre passado nós já fizemos essa abertura, onde começamos a ver que há uma convergência para um patamar diferente de um patamar de Dezembro de 2014, na estrutura da inadimplência da pessoa jurídica, que é o que efetivamente fez aumentar o reconhecimento de despesa de provisão afetando o resultado do banco.

Mas hoje nós já estamos pelo menos com uma estabilização no patamar pouco superior a 5%, que deve ser o andamento, dadas as condições econômicas nada positivas ainda para o período de 2016, ou pelo menos durante parte do ano de 2016. Já na pessoa física e na questão de consignado absolutamente controlável a inadimplência.

Por fim, nós temos o guidance onde o Banco fez a revisão de alguns itens. Todos eles foram adequados a uma estrutura anterior, vamos deixar bem claro, a qualquer negociação de folha, que vai ser explicado. Mas nós só temos uma questão de probabilidade menor ou qual é a dificuldade maior de entregar, neste cenário, é a questão da rentabilidade sobre patrimônio líquido, porque ela depende muito do comportamento e expectativa de provisão.

Fora isso, o Banco se sente bastante confortável com o guidance que foi agora projetado para o ano de 2016. A apresentação em si está encerrada. Eu não sei se o diretor gostaria de comentar alguma coisa antes.

Ricardo Hingel:

Então, eu prefiro já nos colocar à disposição até para ganhar tempo. E enfatizar para que façam os devidos questionamentos.

Guilherme Costa, Itaú BBA:

Bom dia, pessoal. Obrigado pela oportunidade. Eu tenho duas perguntas. A primeira é sobre a transferência da folha de pagamento de servidores públicos. Vocês poderiam indicar quando vocês esperam que essa transferência seja feita? Nós vimos uma matéria no Zero Hora recentemente, que falava que o potencial valor dessa folha, na ótica do governo, seria algo como R\$1,5 bilhão para cinco anos. E além disso, falava que vocês tem um contrato que vale até 2017. Vocês poderiam comentar um pouco mais sobre isso?

E minha segunda pergunta é sobre o guidance de ROAE de vocês. Eu gostaria de saber o quão convictos vocês estão com essa melhora do ROAE quando comparado com 2015. Eu imagino que, conforme vocês indicaram, tem uma parte disso que é a melhora do custo de crédito. Mas falando das margens, vocês acreditam que existe espaço para reprecificação das carteiras e em quais carteiras poderia ter essa reprecificação? Obrigado.

Ricardo Hingel:

Bom, vamos tentar explicar essa questão da folha. Embora nós tenhamos esse convênio que em princípio ele vale até junho de 2017, o próprio convênio tem uma cláusula de encerramento antecipado, desde que notificado com 120 dias de antecedência, que basicamente o Estado, em cima da cláusula do convênio que previa isso, nos notificou ontem. Então, embora já soubéssemos que o Estado iria fazer isso, ontem foi oficializado e esses prazos começam a correr. Só para entender o processo que estamos trabalhando.

Primeiro, é só para entender os 15 dias, ver se a matéria dá resultado não é rigorosamente o que vai ocorrer. O que nós notificamos no fato relevante é que nós temos basicamente 15 dias para dizer para o Estado se nos interessamos ou não e abrir a negociação. Traduzindo o fato relevante e carta que o Estado nos encaminhou, é isso. Nós vamos informar o Estado, dentro dos 15 dias, que nos interessa a folha e de fato vamos fazer tudo necessário para fazer a negociação.

Como fazemos a negociação? Nós entendemos que para assuntos ligados a decisão do Banco, que envolve tanto a diretoria do Banco quanto o conselho de administração, por ser uma matéria bastante nova para nós, não para o mercado, netão nós entendemos de contratar dois escritórios de advocacia e mais uma empresa de auditoria, que vão nos auxiliar no valuation disso.

Ou seja, nós vamos ao longo dos estudos dar toda a segurança jurídica para a negociação, de modo que o Banco seja preservado. Em foco aqui, tem dois – eu não vou dar os nomes, porque não sei se estou autorizado – ex-presidentes da CVM que estiveram aqui ontem e fazem parte de um dos escritórios contratados. Foi exatamente nós avaliarmos todos os aspectos com relação ao respeito aos investidores, especialmente os investidores minoritários ou preferencialistas.

E estarmos muito no centro, porque nós temos essa compreensão de que o negócio tem de ser muito equilibrado exatamente porque o Banco tem um free float bastante elevado, esse free float de 43%.

Então, toda a avaliação jurídica está sendo feita. Então nós entendemos que temos dois dos melhores escritórios do país, que conhecem essa legislação, para exatamente não ficar nenhum problema para a classe, para criar um equilíbrio perfeito dentro dessa negociação. Segundo, eu contratei também uma empresa de consultoria para nos auxiliar no *valuation* desse negócio.

A ideia é subsidiar então a dimensão do Banco e o conselho de administração, para definir qual é o valor que o Banco entende equilibrado, para que ele possa pagar e que isso dê retorno para o Banco, e que se retorne esse recurso. Então, estamos muito focados nessa questão.

A questão de valores, que até tu colocasses, que saiu na imprensa, os números não são autorizados nem pelo Banco e nem pelo Estado. O Estado não divulgou esse número. Inclusive, o Estado vai aguardar que o Banco faça uma proposta, o Estado deve ter as suas expectativas, que eu não sei qual é o valor, nós não sabemos, a alteração está se dando de forma muito independente. Nós estamos tendo muito esse cuidado, há uma independência até porque a responsabilidade sobre essa negociação recai sobre a diretoria do Banco e o conselho de administração, porque é quem tem poderes para decidir e é quem vai decidir.

Não existem valores na mesa, nem da parte do Banco, nem da parte do Estado. Evidentemente que negociações desse tipo suscitem dúvidas e jornalista precisa arrumar um número e alguém passa o número para ele, ele sai correndo e coloca. Eu quero reforçar aqui que os números não são autorizados nem por nós e nem divulgados pelo Estado. O Estado vai aguardar a proposta do Banco que vai ser finalizada e se após esses estudos, que eu estou insistindo, tem um laudo que vai ser assinado, é um laudo que tem um carimbo externo, não é a direção do Banco ou alguma área do Banco que vai definir esse valor, nós estamos buscando esse subsídio. Esse subsídio leva em conta tanto o retorno do valor que eventualmente o Banco vai disponibilizar, quanto as negociações comparáveis. Amanhã, inclusive, eu vou passar o dia reunido com a empresa contrata, que em cima dos dados todos que nós já estamos levantando.

De zero a dez, a parte financeira e econômica está ainda em três, digamos, para nós chegarmos a um valor. Na parte jurídica, um pouco mais adiantada, porque exatamente são essas pontas, reflexos que essa negociação pode dar o aspecto societário e depois a montagem do contrato. Eu diria a parte societária está um pouco mais adiantada, porque demanda menos volume de dados. Só o levantamento de dados que nós fizemos aqui dá alguma coisa como 160 gigas, tamanha a massa de dados que nós estamos utilizando para fazer esse diagnóstico todo para ver quanto esse negócio representa no Banco e quanto é que o Banco deve ofertar para o Estado por esse valor.

O Estado não vai enxergar esses números, há uma independência nesse sentido, isso está muito claro. Inclusive, alertado pelos advogados. Os números estão no sigilo comercial e bancário do Banco, então são dados que o Banco não vai enxergar. Em termos de cronograma, nós entendemos que essa negociação deve ser finalizada entre final de abril e início de maio. É um cronograma bastante confortável, pelos dados que nós temos e pelo avanço da parte jurídica.

Não tem domínio sobre a questão do valor que nós vamos chegar, e esse valor vai ser compatível com as expectativas do Estado. Essa é uma coisa que eventualmente

pode estressar um pouco e demorar um pouco mais para que seja finalizado. O Estado entende que a folha tem valor econômico, nós entendemos que a folha tem valor econômico, ela é interessante para o Banco, sim, ela é interessante para o Banco, ela faz parte do conjunto de negócios do Banco e tem uma participação importante na formação do resultado do Banco, mas nós temos que chegar a um número que seja exatamente adequado.

O que o Banco vai fazer, à medida que ele compra folha ele tem um descaixe. Ao mesmo tempo ele mobiliza esse valor e vai deferir esse resultado ao longo do tempo. Todas essas questões estão sendo devidamente analisadas por nós, e nós entendemos que vamos chegar a um bom termo, pelo menos na questão da nossa avaliação.

O que pode acontecer, na sequência pode não concordar com o nosso valor e aí é uma coisa que ainda é imprevisível, muito cedo para nós chegarmos a discutir isso, até por que nós não temos nenhum valor ainda na mesma, na minha escala de zero a dez, a minha situação hoje é de três na evolução do trabalho. De novo, nós estamos em uma fase ainda muito de levantamento de dados, porque são 311 mil clientes aqui, que demandam os mais diversos tipos de produtos e serviços do Banco.

Nós estamos olhando isso do aspecto não apenas da receita, mas a questão toda de custos, até chegar na última linha de resultado, ou seja, vamos lembrar que no Brasil os bancos, de tudo que eles ganham, metade depois eles emprestam para o Governo Federal via impostos.

É exatamente esse cálculo todo que nós estamos fazendo. A folha aparentemente é um negócio muito importante, mas tem o nosso cálculo, é saber na última linha quanto é que efetivamente isso dá para exatamente balizar a precificação. De novo, qualquer número, ninguém autoriza qualquer número que é colocado, eu acho que é muito prematuro para não utilizar outra palavra.

Com relação ao ROE, publicado no guidance, nós entendemos que ele é factível sim. Eu diria que quando nós montamos o orçamento, esse ano nunca foi tão difícil montar um orçamento, em cima principalmente das dificuldades das variáveis macroeconômicas, ou seja, o país está terminando um ano em que ele cai mais de 3% em termos de PIB. Todas as projeções, a parte com consenso do mercado que no mínimo cai mais 3% nesse ano, então isso impacta significativamente em comportamentos e projeções de câmbio, em projeções de Selic.

Há um conjunto todo de variáveis que impactam no negócio, impactam especialmente no negócio crédito, na demanda por crédito, impacta na qualidade do crédito e nós temos uma preocupação muito grande com relação exatamente à questão do comportamento da inadimplência do Banco, porque novamente as empresas estão sendo impactadas pela recessão e pela persistência do processo recessivo.

Ou seja, se o país cair mais 3% ao longo do ano, certamente a capacidade de pagamento e o fluxo de caixa nas empresas que são clientes do Banco e dos demais bancos do sistema financeiro brasileiro, eles também perdem capacidade de pagamento, ou seja, as carteiras de crédito vão continuar com o risco elevado.

O resultado do Banco, a entrega do nosso resultado na última linha, vai depender principalmente da evolução da inadimplência, que é o principal ponto que sensibilizou o resultado do Banco. Se o Banco não tivesse quase que dobrado o volume de

inadimplência, o resultado do Banco seria maravilhoso, nós teríamos um resultado acima de R\$1 bilhão, mas dentro até do nosso conservadorismo de entender que o nível de provisionamento é um processo de antecipação de uma perda futura, e como nós temos essa visão de que o processo recessivo vai continuar bastante grave, e novamente voltando a discussão de orçamento, nunca foi tão difícil porque as variáveis, as premissas trabalhadas e o grau de certeza é relativamente baixo.

Eu acho que nós estamos com uma visão bastante clara com relação à questão da economia brasileira. Eu não sei se quem acompanha verifica, o Banco na contramão do mercado todo, nós entendemos que o Banco Central não teria condições de continuar a fazer um ciclo de alta da taxa Selic, tamanho o impacto que daria em termos de recessão.

Ela foi na contramão do mercado, porque a economia já está tão deteriorada. Entendemos que qualquer mexida na taxa de juros hoje tenderia a agravar ainda mais o quadro, sem mexer quase que na questão da inflação que seria o foco. Parte da justificativa é o agravamento do cenário externo, até é, só que no nosso entendimento, mais do que o cenário externo, o agravamento da crise econômica brasileira, o agravamento da recessão no Brasil é que levou o Banco Central a segurar e ao invés de se falar hoje em um início de processo de alto, se discute hoje em que momento o Banco Central vai voltar a reduzir os juros, exatamente pelo tamanho da recessão e da persistência disso.

Isso certamente leva a essa questão então de uma preocupação muito grave com relação ao nível de provisão. Nós entendemos que o nível de provisão fica alto, mas nós achamos que a provisão pode ser um pouco inferior a do ano passado, exatamente por esse comportamento defensivo do Banco na questão do crédito, porque aqui nós não estamos fazendo nada muito diferente do que o mercado está fazendo, ou seja, os guidances em termos de teor de carteira de crédito são muito semelhantes ao que o Bradesco e o Itaú estão colocando.

Há uma contração de crédito e a contração de crédito que nós estamos fazendo, nós entendemos que a carteira que está sendo rolada dentro do Banco tem um nível de risco um pouco menor, por isso nós acreditamos em uma redução não espetacular, mas em uma redução em relação ao ano passado na questão do nível de produção que é por onde passou o resultado do Banco no ano passado, e por onde vai passar o resultado do Banco em 2016.

Nós ainda estamos otimistas com relação à evolução dos outros negócios do Banco, essa questão das receitas de serviço, o crescimento tanto da parte de cartões quanto de seguros, a coleta de seguros vai continuar bastante elevada. Nós estamos trabalhando com alguma coisa acima de 30% - entre 30% e 40% - existe espaço para isso.

Nós vamos ter na parte da corretora, provavelmente entre março e abril, começa a operar a corretora de seguros, isso vai nos dar um ganho tributário bastante interessante e vamos lembrar que as receitas de coleta, na última linha do resultado da empresa de cartões foi em torno de R\$160 milhões. A receita de coleta de seguros foi também em torno de R\$160 milhões, ou seja, parte disso, tirando todos os custos, transformando isso em uma empresa com redução de imposto, isso aumenta o meu resultado.

Nesse ano o resultado somando cartões na última linha, a parte de coleta de seguros, representou próximo de 25% do resultado do Banco, isso é factível, o aumento relativo da participação desses segmentos no Banco. Eu acho que essa questão do ROE é um desafio, atingir o guidance, mas nós estamos fazendo toda uma estratégia no Banco para atingir esse ponto.

Alexandre Ponzi:

Acho que só complementando, quando você comentou que vai em linha e ao encontro do guidance, a questão de espaço para reprecificar. Talvez não haja espaço para mudança de taxa, de patamar de taxa de juros, mas nós entendemos que é um benefício do Banco na medida em que as operações venham a ser roladas em patamares de taxas diferentes.

O Banco fez uma série de ajustes ao longo de 2016, foi beneficiado também pelo fato de que as operações de consignado, principalmente INSS que tinham um limitador, elas têm uma taxa e um impacto positivo em taxa agora em preço de mercado, então simplesmente você contratar um mesmo volume de operações, ajustado para o risco, dá uma taxa positiva. Por conta disso sim, a expectativa é de que haja um crescimento superior ao crescimento de crédito na questão da margem financeira.

Ricardo Hingel:

É importante que o Alexandre colocou, porque uma coisa é a reprecificação, outra coisa é o efeito da reprecificação. Existe um delay entre uma coisa e outra, ou seja, nós reprecificamos as operações, só que as operações têm um eixo longo. Existe um tempo de renovação da carteira, mas essa reprecificação da carteira e essa transmissão virando aumento de margem, aumento de spread, ela é sensível, mês a mês ela é percebida.

No ano passado nós tivemos o aumento de reprecificação, agora na virada do mês passado nós fizemos outra sensível, mas que também deve dar um resultado, ou seja, a melhoria de margem vai continuar existindo exatamente na medida em que há o movimento de reprecificação, o delay da reprecificação, mas que ela vai sendo capturada mês a mês.

Em 2016 melhora, como o Alexandre colocou, a margem aumenta mais do que a carteira. Eu acho que essa questão é difícil de estender, porque a sua pergunta foi bastante longa, eu acho que poderíamos passar para a próxima.

Guilherme Costa:

Perfeito, muito claro. Só um pequeno follow-up, eu queria confirmar que dado que vocês ainda estão terminando os estudos sobre a folha de pagamento, qual o valor que seria pago, que isso ainda não está incluso no guidance. Provavelmente o impacto só deve vir no 2S, se vier.

Alexandre Ponzi:

Eu comentei quando estava terminando sim, que o guidance foi produzido independentemente do que poderia acontecer. A eventual revisão de guidance será natural. Então, ele está ajustado hoje por um modelo operacional do Banco, independentemente da condução dessa negociação.

Guilherme Costa:

Perfeito, muito obrigado.

Gustavo Schroden, Bank of America:

Bom dia a todos, obrigado pela oportunidade. Eu vou fazer duas perguntas. A primeira, eu queria voltar na questão do guidance e principalmente na questão de provisão. Acho que a maioria dos indicadores que vocês apresentaram no guidance, eu acho que eles fazem até bastante sentido na avaliação pessoal. Com exceção da despesa com provisão.

Nós não precisamos ficar aqui repetindo a questão macroeconômica, talvez vejamos um segundo ano de recessão econômica. Se nós olharmos, vocês fizeram uma revisão das despesas com provisão em setembro de 2015 e mesmo assim o que vocês entregaram foi acima do range. Vocês estavam trabalhando com 3,5 a 4,5 de despesa de provisão sobre carteira de crédito, e entregaram 4,8.

A questão da revisão, ela aconteceu para todo o mercado, acho que independentemente de qual banco, e todo mundo começou 2015 mais otimista, e depois, no meio do ano, revisou esse *guidance*.

A diferença que vejo aqui em relação ao restante do mercado é que foi feita essa revisão no meio do ano de 2015, porém, para 2016, os outros bancos continuam trabalhando com aumento de despesa com provisão, e se trabalharmos, aqui, no meio do *guidance* de vocês, em teoria, as despesas de provisões de vocês cairiam.

Então, no ponto, o que dá esse conforto para vocês? Dado, enfim, todo o cenário macroeconômico que é desfavorável, ainda temos um desafio grande. Vocês pontuaram as questões das revisões relacionadas às empresas. Enfim, houve a revisão de *guidance* também do ano passado.

Vocês estouraram esse ano, então, se vocês pudessem colocar para nós o que dá essa confiança? O que devemos trabalhar com esse cenário de queda de provisão enquanto olhamos os outros bancos trabalhando ainda aumento de despesa com provisão em 2015? Mesmo que em patamares menores, mas, ainda, com aumento de provisão. Depois faço a segunda pergunta. Obrigado.

Ricardo Hingel:

As decisões que... Alguém complementar, mas eu quero te colocar, até nas reuniões que temos feito fora, durante o ano, com os analistas. Temos colocado, primeiro, o banco é conservador. O banco faz as provisões normais e ainda faz o adicional; então, ele faz o obrigatório e mais o adicional.

Segundo, não sei quantas reuniões fizemos ao longo do ano, e sempre dizíamos que os outros bancos teriam que aumentar as provisões, porque em cima da nossa análise de cenário, a persistência do cenário macroeconômico, o pessoal estava segurando. O banco se antecipou um pouco nesse sentido, e se olhar anteriormente, os bancos não estavam nesse nosso movimento.

Sem dar nomes para os bancos, não tem como não aumentar a inadimplência e nível de provisões. E nós estamos muito satisfeitos quando vimos, exatamente isso que você colocou, que os bancos estão aumentando. Ou seja, eles estão fazendo aquilo que, nós, há alguns meses, vimos e vemos. Não tem como as carteiras não se deteriorarem ao longo dos próximos meses, do próximo ano. E isso acabou se verificando.

Então, queria dar esse macro, fiquei satisfeito quando vi que os bancos assumiram isso, e você está reforçando essa visão dessa mudança – “a atualização dos bancos” daqui projetando o nível de inadimplência e de provisão para que nós que finalizássemos anteriormente, e inclusive víamos que esses lances não vinham fazendo níveis de provisão que deveriam fazer.

Sem criticar ninguém, não estou dando nomes, mas acho que acabamos acertando quem não fez, quem não nos viu falar, mas, de forma recorrente, colocamos isso e estamos satisfeitos porque achamos que nossa visão estava correta.

E, adicionalmente, se alguns elementos que não estavam em qualquer previsão nossa, e acho que nem de mercado e, talvez, tenhamos tido a antecipação por conta, efetivamente, do ambiente econômico no qual estamos inseridos, que é o fato do Estado do Rio Grande do Sul ter sofrido de forma mais brusca toda essa questão do impacto econômico.

Aí, sim, é pela formação do produto interno bruto do Estado, da maneira como se dá, que acabou antecipando alguns elementos que foram reforçados de forma negativa por eventos que, nem nós, nem qualquer outra instituição financeira controlamos, sobretudo, recuperação judicial.

Então, imaginamos que esse volume expressivo quase dobrou provisão, que acabou nos impactando no resultado de 2015. Ele não deve se repetir na mesma magnitude em 2016 porque eles já foram impactados. É óbvio que ainda haverá um carregamento de operações de crédito que estão aumentando a sua provisão por conta do decaimento do nível de risco na classificação por causa da gestão inadimplente, mas, agora, serão simplesmente reconhecidos de acordo com a regra.

Juntando esse cenário que foi pior, talvez, nós, antecipando o movimento, mas dizendo que o cenário era ruim e tendo feito ajuste na questão de originação de crédito, teremos, agora, um ambiente menos originador de despesa porque a carteira é de uma menor qualidade, e aqueles efeitos que impactaram 2015, talvez, reflitam com a mesma magnitude.

Essa conjunção, com que faz que voltemos para o nosso patamar de 4,5, mas nunca dizemos que tivemos que chegar com 3,5; ou seja, a expectativa é um nível menor do que o ano passado, em termos de percentual, por conta desses elementos, mas ela é, sim, um patamar meio alto.

Ricardo Hingel:

Só complementando, o Alexandre usou o termo “voltar ao patamar de 4,5”, não, o nosso patamar sempre foi entre 3,0, 2,9 até 3,3. Esse é o patamar que víamos. Nós largávamos um *guidance* no ano passado de 3,0 a 4,0, mas estávamos sempre no piso do *guidance* entre 3,0 e 3,3.

Ou seja, assumindo que ficaremos entre 3,5 e 4,5, estaremos, sim, fazendo uma provisão bastante superior aos níveis históricos que o banco vinha tendo de provisão de crédito e estamos assumindo que, no ano passado, houve um ponto fora da curva, com essa situação econômica que o Alexandre estava colocando aqui no Estado do Rio Grande do Sul que antecipou algumas situações em relação ao resto do Brasil.

Gustavo Schroden:

Está ótimo. Só um pouco na questão do Rio Grande do Sul. Se estou entendendo, vocês acreditam que grande parte do movimento, vamos dizer, negativo já aconteceu, ou, pelo menos, vocês já colocaram isso no balanço de vocês. Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul deve apresentar, enfim, uma *performance* melhor em termos de desempenho econômico, principalmente na área industrial em 2016 ou é só porque vocês já anteciparam esse movimento?

Ricardo Hingel:

O impacto negativo na economia do Estado deu-se, inicialmente, no setor industrial como um todo no país. A indústria, aqui, caiu 12%, no país 8%, mas a nossa economia, aliás, a indústria do Estado do Rio Grande do Sul é conectada com o Brasil, e uma parte tem um segmento exportador.

Agora, então, esse segmento é um segmento que primeiro pagou a conta como Brasil como um todo, então, o comportamento da indústria do Estado do Rio Grande do Sul é muito semelhante ao que ocorre no Brasil, porque ela, também, fica a reboque, ou seja, o Estado, aqui, representa 7% do PIB; então, em tese, ela consome 7% do que produz.

Então, se se produz 300 mil carros, os 300 mil carros não ficam aqui e assim por diante. As cadeias produtivas industriais foram impactadas. Então, esse é o primeiro efeito significativo que ocorreu no Brasil como um todo. Agora, a participação do setor primário aqui é importante e tem uma *performance* bastante positiva.

Então, quando olharmos o comportamento do PIB brasileiro, quando se fechar o PIB do Brasil para 2015 alguma coisa, digamos que em torno de 3,2 negativos, aqui cai menos. O PIB, como um todo, cai mesmo porque o setor primário, aqui, com soja, com a produtividade espetacular, a produção crescente, o câmbio ajudando, então, os preços ainda estão ajustáveis.

Então, o setor primário tem um desempenho muito bom e puxa a economia um pouco para cima, fazendo com que a *performance* negativa seja menor do que *performance* negativa do PIB brasileiro. Agora, isso dá um macro positivo, mas não melhora a qualidade das carteiras porque não elas melhoram a *performance* do setor corporativo, que é puxado muito pelo industrial.

Então, essa questão da economia do Estado tem esse ponto; ou seja, o que não seria muito e essa é questão, é o setor corporativo. Há mais visibilidade nessa questão das RJs que o Alexandre comentou anteriormente, mas não são apenas as empresas maiores que entraram em RJs o problema, o barco em que navegam as grandes é o mesmo barco em que navegam as pequenas empresas. O conjunto de dificuldades é muito semelhante; então, o banco está muito atento a todas as carteiras, embora, o corporativo dê os maiores prejuízos, digamos, os maiores problemas pela concentração.

Agora estamos muito atentos no varejo, e um ponto importante também que nos preocupa e deve preocupar a todos, hoje, é que a onda negativa de 2016 jogará o nível de desemprego para cima, no mínimo, em 2 p.p. em taxas de desemprego, a diferença entre Dezembro/15 e Dezembro/16.

Isso traz uma preocupação também com relação à carteira de pessoa física, onde o banco se defende muito bem, porque uma parte significativa dessa carteira do banco, ela está no crédito consignado, onde o nível de inadimplência é muitíssimo baixo e o banco não está exposto, o banco não tem preocupações com pagamento de veículos e outros segmentos que trazem preocupação com (...).

Gustavo Schroden:

Está ótimo.

Ricardo Hingel:

Não sei se está respondido, mas é uma questão, é um seminário de uma tarde para explicar melhor.

Gustavo Schroden:

Não. Está ótimo. Está perfeito. Só farei mais um pergunta. Se tivermos que voltar um pouco nessa história que está mais em voga agora da seção onerosa da folha de pagamento, sei que é um assunto delicado, mas acho que é importante ouvirmos de vocês, enfim, a relação entre Banrisul, Conselho de Administração, *Management* e o Controlador.

Minha pergunta seria: se houver uma divergência entre valores na avaliação de vocês e, obviamente, o Estado está fazendo avaliação dele em relação à sua folha de pagamento, se houver uma divergência nesses valores, como é que será conduzido? Qual é o processo?

Enfim, até onde o *Management* e o *Board* do Banrisul pode ir, para continuar questionando e defendendo os direitos do banco para manter a rentabilidade dele? Dado que isso seria contra uma requisição ou uma solicitação do próprio controlador que seria o Estado, enfim, se você puder elaborar um pouco em cima disso, seria bastante interessante para nós. Obrigado.

Ricardo Hingel:

Como eu comentei anteriormente essa questão dos advogados. Qual é o foco disso? Como é uma questão nova para o banco, então, trouxemos para dentro do banco os melhores entendidos no Brasil, os melhores advogados do Brasil, provavelmente, ou entre eles, para, exatamente, orientar toda a baixa diretiva do banco que envolve Diretoria e Conselho de Administração, para, exatamente, explicar todas as responsabilidades de parte a parte, o *chinese wall* entre banco e o seu controlador.

Está muito claro, o Estado é maior acionista do banco, tem o poder. Ele é controlador, mas ele não é o dono do banco, ele tem 57% do banco, não tem 100% do banco; então, especialmente a questão do *chinese wall* e das responsabilidades foram muito clareadas para todos os participantes dessa decisão.

E está muito claro que, na última linha, a responsabilidade está no CPF de cada membro do Conselho de Administração e dos diretores do banco; ou seja, se houver qualquer tipo de problemas, a responsabilidade final recairá sobre as pessoas que integram o Conselho de Administração do banco porque a instância final decisória é no Conselho de Administração. Isso não requer uma Assembleia Geral do banco.

Em cima disso, o Conselho de Administração tem se reunido com a Diretoria do banco, com as pessoas que estão fazendo trabalhos semanalmente. Semana passada chegou a ter duas reuniões.

Nesta semana, tivemos, ontem, uma reunião que durou em torno de 3 horas. Com os advogados e todo Conselho de Administração e a diretoria do banco exatamente, e a reunião de ontem foi, basicamente, jurídica, mapeando muito bem quais são os pontos sobre o contrato, o convênio existente sob a forma de negociar as responsabilidades de cada um; então, acho que está muito claro.

O Estado não está colocando nenhuma pressão tanto do Conselho quanto da direção do banco. No limite, se não se entenderem, o Estado pode vir a licitar. Isso não é uma questão fora. Pode acontecer de se chegar um valor aqui, o Estado sonhar que vale muito mais ou algum banco que não sabe fazer conta, não sabe o que é *impairment*, “pegar” e pagar um valor incompatível.

Então, existe um grau de entendimento do *Board* do banco, de toda a área diretiva do banco, da complexidade que é isso. Por isso, até se estenderá, haverá um determinado momento até os próximos representantes do Estado, no Conselho de Administração do banco, se retirarão das discussões, porque se entende que elas envolvem sigilo comercial, bancário.

E eles, embora, sejam conselheiros do banco, mas têm condições executivas no Estado, então, eles devem se retirar do processo de análise e do processo rescisório com relação a valor e as condições a serem negociadas. Estamos bastante tranquilos com relação ao processo e à transparência que estamos dando a isso.

O próprio fato relevante, tão logo nós recebemos a carta e nos preocupamos em já colocar esse fato relevante que saiu hoje e, à medida que tivermos avanços e que sejam fato que venham a ser relevantes para fins de informar o mercado aos investidores, nós faremos. O importante é isso, esse processo não é o processo fechado, ele é um processo aberto dentro do possível da legislação e dos cuidados que o banco deve ter com relação ao seu sigilo.

Agora, novamente, estamos colocando o que há de melhor em termos de assessoramento tanto jurídico quanto na avaliação econômica e financeira disso.

Então achamos, se tivéssemos que fazer isso internamente, sem qualquer discussão e sem qualquer tipo de assessoramento externo, acho que o Banco estaria, talvez, incorrendo uma série de riscos contra os quais entendemos que a estratégia adotada protege muito bem não apenas o Banco, mas especialmente os seus investidores e acionistas, e, inclusive, o próprio corpo diretivo do Banco que, em última instância, é o responsável final por tudo isso e a atual legislação diz quais são os papéis e os cuidados que se deve ter.

Gustavo Schrodén:

Só para ficar claro, vocês têm nove conselheiros, sendo três independentes, correto? Então, só para ficar claro, a decisão final com relação a esse assunto caberia aos três independentes?

Ricardo Hingel:

Não, há um pouco de confusão aí. É uma das questões que, de zero a dez, estamos no cinco. Ainda estamos discutindo essa estrutura de utilizar essa figura de um comitê interno composto por três conselheiros. Isso não está definido, está sob análise; pode ocorrer, mas está sob análise.

Como não consigo juntar nove pessoas toda semana aqui do Conselho de Administração, eles seriam quase um destaque dentro do Conselho, que esse sim ficaria se reunindo periodicamente e acompanhando quase *full-time* a negociação em forma subsidiária ao conjunto dos demais conselheiros. A decisão é do conjunto de conselheiros e não desses três, na hipótese de se adotar essa estrutura.

Essa estrutura, inclusive, na reunião de ontem, veio porque um dos advogados colocou vários exemplos de casos bem-sucedidos onde se utilizou esse comitê independente dentro do Conselho de Administração para subsidiar a decisão exatamente para especializar e dar um destaque de tempo para essas pessoas. Agora a decisão não é deles, eles seriam quase que um órgão consultivo interno dentro do Conselho de Administração para subsidiar a decisão final.

Werner Kohler:

Só corroborando com o que está sendo dito, Gustavo, a preocupação do Banco se dá em dois campos distintos. Um é sobre a ótica de investimento, como se o Banco estivesse fazendo um projeto e buscando o retorno em cima da possibilidade –

Gustavo Schroden:

Contabilmente, vai se tratar dessa forma.

Alexandre Ponzi:

Contabilmente, sim, mas existe uma preocupação adicional que isso sim gostaríamos de passar para vocês, de que há um cuidado no trato desta questão por conta de ser, sim, uma transação com parte relacionada. E essa estrutura que está sendo discutida em um patamar – hoje, de zero a dez, talvez estejamos mais próximos de três, já que estamos no início – que é o que se vai, à medida que avançar, divulgando como o Banco já fez em dois momentos, hoje e no ano passado.

Estamos abrindo de forma clara e transparente o que está acontecendo em cima de uma relação que hoje se dá calcada por um acordo que irá vigor até junho de 2017, mas o Banco está tendo todo o cuidado e colocando seu controlador, o estado, os membros presentes no Conselho de Administração da maneira como deve ser tratada para que, justificado o valor ou valores que sejam envolvidos de um banco, entendendo que isso seja razoável, factível e economicamente viável para ele, possamos apresentar uma proposta.

Por ora, é toda essa estrutura de proteção, governança corporativa, transparência no trato, porque é, sim, uma situação delicada que vai, no mínimo, concluindo benefícios de ambas as partes, o Banco e seus acionistas, implicar em uma revisão de negócios, meta comercial e de *guidance*.

Mas vamos alimentar vocês à medida que detalhes venham a ser publicados sobre como está andando a relação.

Ricardo Hingel:

Só para reforçar, na medida em que a União resolveu cobrar pela folha, criou-se um novo parâmetro de mercado, um paradigma de mercado. Dificilmente algum Estado vai deixar de licitar a folha, e os municípios também, porque na realidade isso tem um valor econômico. A questão é pagar um preço justo que é exatamente o que estamos fazendo.

Essa questão de partes relacionadas que o Alexandre colocou, desde o IPO em 2007, depois criamos a área de RI, o Alexandre se incorporou e continuou desde 2007 aqui; eu saí em 2010 e retornei no ano passado.

Essa questão de transparência, e acho que o mercado testemunha bem, tem sido sempre a orientação que o Banco tem. O Banco procura ser o mais transparente possível e acho que nos dados que passamos, as quantidades, a qualidade, os números que passamos, o *disclosure* do nosso demonstrativo, primamos pela transparência, porque entendemos que isso agrega valor e esse processo não será diferente.

Mais do que até qualquer outra negociação, por envolver parte relacionada, estamos procurando dar maior transparência e atualidade de informações para o mercado.

Gustavo Schroden:

Está ótimo, pessoal. Muito obrigado.

Carlos Daltozo, Banco do Brasil:

Bom dia a todos. Obrigado por aceitarem minha pergunta.

Com relação à inadimplência na pessoa física, muito se falou do segmento corporativo e de pedidos de recuperação judicial, porém no segmento de pessoa física, diante desse cenário de aumento de desemprego, qual é a perspectiva de inadimplência de vocês para 2016?

Ricardo Hingel:

Hoje, ela está muito baixa, mesmo no segmento não vinculado a crédito consignado, a pessoa física ainda está bastante contida na inadimplência, mas estamos muito atentos, porque eu particularmente entendo que o primeiro movimento da recessão pega direto na indústria, depois vai pegar comércio e serviços, que é um grande empregador, e, como vocês acompanham o mercado, talvez as vendas de varejo despencaram.

Quer dizer, todo o efeito no setor terciário – que é o grande empregador, não é indústria o grande empregador, é o terciário – pode gerar desemprego e pode gerar um aumento de inadimplência na pessoa física.

Nesse sentido, estamos bem antecipados, ou seja, temos a preocupação, estamos com os cuidados e a estratégia, mas não temos ainda um efeito significativo em termos de aumento de inadimplência na pessoa física.

Alexandre Ponzi:

E acho que o *mix* da carteira ajuda a defender um pouco essa questão, porque estamos dispostos, sim, com uma parcela bastante significativa naquela que está menos sujeita à questão de desemprego, que é o servidor público, é o funcionalismo estatal e o INSS. Nas outras carteiras, que correspondem a pouco menos de 25% da carteira, existe o benefício pelo menos já ajustado no preço.

Então há um preço cobrado para ajustar a questão do risco e é uma carteira mais defensiva, até, inclusive, validando a pergunta anterior que volta na questão hoje dessa situação de negociação com o Estado, por que há um valor econômico talvez adicional em cima dessas carteiras que, hoje, podem ser sujeitas à venda por parte de qualquer um dos entes públicos? Porque há, sim, pelo menos uma perspectiva de um risco menor.

Então a carteira mais defensiva que deu cobertura de receita ajustada ao risco talvez faça com que mantenhamos estáveis a exposição à pessoa física, mesmo em um cenário de expectativa de aumento de desemprego.

Carlos Daltozo:

Só mais uma pergunta rápida para eu ver se meu entendimento está certo. Ainda não está claro de onde virá a melhora, principalmente na despesa de provisão; eu considero o *guidance* um pouco otimista.

Virá desse menor desempenho de pedido de recuperação judicial? E se já podemos ver essa melhora no primeiro semestre ou se esse patamar nas despesas de provisão sobre carteira de crédito, com a carteira de crédito não apresentando crescimentos significativos, se isso vem no primeiro semestre ou mais no segundo semestre, um número mais dentro do *guidance*.

Alexandre Ponzi:

Há um nível de provisão que já era esperado, que é essa questão que estávamos comentando da carteira corporativa, que poucas operações têm um significado grande dentro da provisão e que ainda têm um *rollover* de carteira dos últimos níveis de provisionamento de algumas operações que se tornaram inadimplentes no final do ano passado.

Entende-se que, durante o ano, esses estoques de operações de corporativo já estariam todos chegando em seu nível máximo de provisionamento, e então teríamos uma melhora no nível de despesas de provisão, mas, voltando a repetir o que eu já coloquei na resposta anterior, em um patamar bem acima daquele patamar histórico que estávamos entregando de despesas de provisão de 3% da carteira.

Werner Kohler:

Ou seja, não é melhorar. Pelo menos, não haverá uma piora tão grande quanto houve no período de 2015.

Carlos Daltozo:

OK, obrigado.

Operadora:

Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de retornar a palavra ao Sr. Ricardo Hingel para suas considerações finais.

Ricardo Hingel:

Gostaria de agradecer a atenção de todos aqui, tem bastante gente nos questionando e estamos aproveitando bastante. Achamos que nos estendemos um pouco em alguns pontos que são fundamentais, mas que entendemos que devam ser bem entendidos, como essa questão da folha, sobre a qual temos sido bastante questionados.

Então é importante passarmos essa mensagem. Estamos fazendo todo o trabalho técnico corretamente no aspecto econômico, financeiro e jurídico, então você entende que haverá bastante transparência nesse processo.

Continuamos muito preocupados com a economia brasileira. Não estamos enxergando uma reversão, pelo menos ainda para esse ano. Ainda hoje ou ontem o FMI largou o Brasil como a segunda maior queda no mundo para esse ano. Estamos navegando um mar muito turbulento, onde eu diria que nunca tivemos tantas incertezas e nos deparamos com isso na hora de fazer o orçamento. A cada dia, tínhamos que ajustar uma variável para tentar chegar em um mundo que ocorrerá ao longo de 2016.

Como temos essa visão, em termos de mercado, estamos entre os que estão mais pessimistas, é própria essa questão do foco que colocamos. Acertamos porque éramos talvez os mais pessimistas e fomos o primeiro lugar na Selic no foco porque entendemos que a recessão é tão grande e que a condição da política monetária de não subir taxa de juros é administrar pelo retrovisor.

Acho que é muito sintomático o Banco Central não assumir e tentar dizer que lá fora o nível de atividade continua patinando, não decolando e que ainda tem reflexo da crise de 2008. Não, não pode ser um plano de fundo.

Acho que a grande preocupação do Banco Central foi realmente o agravamento da recessão e, em cima disso, todas as nossas estratégias estão desenhadas para atuar tanto no segmento corporativo quanto na pessoa física enxergando essa possibilidade, ou seja, a queda do nível de atividade e uma preocupação com o aumento do desemprego ao longo do ano.

Então todos os instrumentos que dispomos em termos de política, de instrumentos de análise de crédito e de risco estão sendo utilizados e revisados, inclusive. Estamos praticamente reduzindo o limite de risco de todas as empresas. À exceção das exceções, nós podemos revisar.

O Banco não compra posição de nenhum outro banco, não existe a hipótese de chegar aqui alguém que está com dificuldade em algum outro banco e pedir para dar um pouco mais de linha. Não existe isso, o Banco está muito focado. A própria vantagem é que temos uma direção hoje extremamente técnica. Lembrando que quase todos os diretores do Banco são funcionários de carreira, todos próximos de 30 anos de casa.

Então acho que isso está ajudando muito a compreensão e a condução do Banco em um mar tão turbulento quanto esse que estamos enfrentando.

Estamos à disposição. Por favor, o Alexandre e a equipe estão sempre à disposição para o encaminhamento de quaisquer informações adicionais, algum *call* ou informações, é do nosso interesse continuar alimentando o mercado e os analistas. Sabemos como os analistas trabalham, o modelo de precificação, então temos o maior interesse em continuar informando de forma correta o que está acontecendo no Banco.

Muito obrigado a todos.

Operadora:

O *conference call* do Banrisul está encerrado. Agradecemos a participação de todos, e tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o *website* de Relações com Investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”